



PROCESSO: 22.495/10

PARECER COMED/PGUÁ N.º 17/11 APROVADO EM 06/07/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: Prefeitura de Paranaguá/PR – Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: Renovação de Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental

RELATORAS: Célia Regina Poplade dos Santos e Sonia Maria dos Reis

## **I – RELATÓRIO**

### **Histórico**

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o Processo nº 22.495/10, no dia 29/11/2010, referente renovação de autorização para funcionamento do nível de ensino fundamental da Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental tendo como entidade mantenedora Prefeitura de Paranaguá, localizado Avenida Senador Atílio Fontana – s/nº, para análise e Parecer deste Conselho.

A Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental passou a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, nos termos da Lei Municipal nº 69/07, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação dos Estabelecimentos de Ensino, designados pela Portaria Municipal nº 702/2009, apresentou relatório Parecer Favorável à concessão da renovação de autorização para funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental, para o nível de ensino fundamental.

Tendo em vista os artigos 26 e 63, da Deliberação COMED nº 02/2010, decidimos pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental, para o nível de ensino fundamental por um prazo de 5(cinco) anos a partir da publicação de ato de autorização expedido pela SEMEDI.



## **II – DO MÉRITO**

Encaminhe-se:

- a) o presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para a expedição do respectivo ato legal;
- b) o presente processo ao Estabelecimento de Ensino, para constituir acervo e fonte de informação.
- c) O estabelecimento de ensino é obrigado a afixar, em local visível e acessível ao público, cópia dos atos oficiais que atestam a renovação de sua autorização para seu funcionamento, dando ciência ao Conselho Escolar.

## **III. VOTO DAS RELATORAS**

Considerando o exposto estas relatoras votam pelo deferimento pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Trindade Silva - Ensino Fundamental, para o nível de ensino fundamental, baseando-se na Lei Complementar 69/07.

É o Parecer.

## **IV. DECISÃO DAS CÂMARAS**

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto das Relatoras.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 06 de julho de 2011.

Relação dos conselheiros que aprovaram este parecer  
Relação dos conselheiros que aprovaram este parecer: Cons. Célia Regina Poplade dos Santos, Cons. Daniele Aparecida Ferreira, Cons. Fabíola Soares, Cons. Francielle de Souza Martins, Cons. Luci Costa Pinto, Cons. Luciana Tavares de Miranda, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons. Suzana da Veiga Wilczek, Cons. Tânia do Rocio Rabij, Cons. Valdinéia Leopoldina Silva Meduna.

Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Antonio Luiz de Freitas Morato

Vice-presidente